



A academia está viva?

Que se passa com os universitários, que mitificam lutas estudantis remotas enquanto ostentam certa apatia face aos muitos problemas que enfrentam? **POR ELMANO MADAIL**

Os estudantes do Ensino Superior invadiram, impositivos, os espaços públicos nas últimas semanas, e consta que ali continuarão nos próximos dias, com o borralho das diversas queimas das fitas que já passaram - Aveiro, Coimbra, Covilhã, Leiria, Ponta Delgada, Portalegre, Porto e Viseu -, o crepitar daquelas em curso - Algarve, Braga, Bragança e Guarda - e o deflagrar das que faltam - Lisboa e Viana do Castelo. Mas trata-se de um regresso à rua sazonal e lúdico, manifestação exuberante de uma anarquia autoriza-

da. Uma espécie de carnaval exclusivo e etilizado para os universitários, folguedo talvez merecido antes dos derradeiros exames.

No resto do ano lectivo, mal se ouve e pouco se vê a academia, aparentemente enferma de uma apatia que renega os pergaminhos averbados nas lutas estudantis de outrora - com relevo para as crises estudantis de 1962 e a reedição de 1969, ou, mais próximas, as manifestações anti-propinas dos anos 1990 - e a irreverência própria da juventude.

E, no entanto, sobejam motivos para novo alento reivindicativo. Desde logo, a

perda de poder dos estudantes nos órgãos de governo universitário, resultante da reestruturação orgânica das universidades, proposta pelo Governo e aprovada só pelo PS, que converte o Senado num órgão facultativo e meramente consultivo; depois, pelo aumento das propinas sem que reverta para as bolsas da Acção Social - levando ao abandono de alunos menos abonados - nem para os orçamentos das instituições, não obstante o crescimento da verba da Tutela. Que privilegia a ciência...

Mais espanta essa quietude face à retração do mercado de trabalho que deixa re-

cém-licenciados e finalistas sem expectativas para lá da precaridade ou o desemprego.

Porquê, então, esse alheamento académico? O que explica o silêncio, só quebrado por breves afloramentos dispersos de indignação, rapidamente esgotados, face à situação pouco risonha das universidades e às mudanças impostas à sua margem? Onde pára, afinal, essa academia irreverente e imaginativa que os próprios estudantes mitificam, mas que agora se vislumbra apenas em dias de bebedeira?

CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE



Ocupação pelos alunos da Faculdade de Belas-Artes do Porto foi um dos últimos episódios de contestação estudantil

Defeso estudantil

Condições para revolta estudantil estão reunidas, mas falta liderança credível e capacidade de organização nacional para vencer o receio paralisante do futuro que tolhe os estudantes mais afoitos

CONTINUADO DA PÁGINA ANTERIOR

Os analistas já tinham reparado nessa conformação académica que acometeu as universidades nacionais, quicá demasiado recatada face à agitação verificada por outros países da Europa meridional, como a Grécia, Espanha, França ou Itália. Para Elísio Estanque, autor de vários estudos sobre a comunidade estudantil universitária, co-autor da obra *O Movimento Estudantil em Portugal: dos anos 60 à actualidade*, "a apatia relativamente à participação no movimento associativo é um facto comprovado nos vários inquéritos feitos aos estudantes universitários em Coimbra. Neles, ficou patente uma escassa participação na estrutura associativa principal - a Associação Académica (AAC) -, e mesmo ao nível de cursos", assinala. De acordo com aquele investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES), "há uma certa atitude de desconfiança e indiferença relativamente à AAC - com níveis de abstenção nas eleições a rondarem os 70% -, ao próprio dever da esfera pública e da realidade política e, até, da sua participação cívica noutros tipos de associações".

A Miguel Cardina, investigador na mesma instituição, parece também que "existe uma evidente falta de capacidade reivindicativa por parte dos movimentos estudantis na actualidade. Não obstante terem surgido, aqui ou ali, tentativas de mobilização e contestação - a última foi a ocupação da Faculdade de Belas Artes, no Porto - o grosso dos estudantes tem-se mantido alheio a isso", afirma o autor de *A Tradição da Contestação. Resistência Estudantil no Marcelismo*.

Ora, se é verdade que os observadores são unânimes na verificação do estupor académico, já cogitam diversamente sobre as razões que presidem à ausência de mobilização capaz de tornar visível a insatisfação estudantil.

Razões para a imobilidade

Na óptica de Ana Drago, actual deputada do Bloco de Esquerda que se licenciou em Sociologia Política com a tese *Agitar antes de ousar: o movimento estudantil anti-propinas*, embora hoje exista "muita revolta nas universidades", o imbróglio é que os estudantes "têm tido alguns problemas em organizar protestos. Ou seja, o mau estar não se traduz de forma automática em modelos de contestação", afirma.

No intuito de explicar a falta de capacidade organizativa, Cardina destaca, de entre várias causas "exógenas e endógenas", a existência de "uma pressão muito maior para que os estudantes concluam rapidamente os cursos, concentrando-se nos currículos formais e investindo menos naquilo que anteriormente era considerada por muitos como a "verdadeira" universidade: a dimensão cívica e relacional que se adquire no exterior das Faculdades". Noutros tempos, quando as instituições, e o país inteiro, eram muito diferentes e onde, curiosamente, os estudantes actuais vão beber em larga medida as suas premissões contestatárias actuais, como se fossem os fiéis depositários das gloriosas lutas de antanho.

Só que, mudados os tempos, modificaram-se também as vontades e o perfil da academia, conforme realça Elísio Estanque: "A composição do tecido estudantil nas universidades alterou-se nas últimas décadas em quantidade e qualidade". A quantidade de alunos cresceu exponencialmente, segundo Maria Eduarda Gonçalves, do ISCTE, que

contabilizou um crescimento da população estudantil de quase 800% entre 1974 e 2006, gerando “óbvios reflexos qualitativos. As origens sociais dos estudantes passam a ser predominantemente da classe média (trabalhadores dos serviços, funcionários públicos, pequenos empresários, operários), numa lógica de massificação e consequente redução do elitismo”, diz Estanque.

O investigador do CES anota ainda “a origem geográfica dos estudantes que, no caso de Coimbra, é muito distinta daquela que ocorria quando era das poucas universidades do país; nos últimos 20 anos regionalizou-se muito, e cerca de 70% dos seus alunos passou a ser originário da Região Centro e, desses, parte significativa do distrito de Coimbra, pelo que os alunos têm uma proximidade geográfica à instituição muito maior”.

Sendo produto do seu contexto, os universitários tendem a reflectir de forma aguda o espírito dos tempos, como alega Estanque. E esse, dominado pelo paradigma individualista, não é favorável à congregação de esforços: “Nos anos 80, desenvolveu-se uma cultura centrada no individualismo e no consumo, que funcionou como uma espécie de saturação, de refluxo do ciclo anterior, dos anos de 1970. E em Coimbra observou-se, por exemplo, o empenho na recuperação das tradições académicas a par de um desinteresse pelo associativismo”. Porque também ele, afinal, estava já contaminado pelos actores sociais que, da hagiografia abrilista, passaram ao bestiário da democracia.

Os infiltrados da política

A radicalização política e a filiação ideológica vincada de outrora – as músicas que embalaram a resistência ao Estado Novo, por exemplo, foram deilhadas primeiro em Coimbra, nomeadamente por Zeca Afonso – também foram desvanecendo, a par do descrédito da classe política aos olhos juvenis. O que trouxe repercussões. “Os estudantes começaram a olhar para aqueles que estavam no movimento associativo académico com desconfiança, encarando-os como oportunistas que pretendiam apenas retirar dividendos do seu desempenho associativo”.

Ou, como traduz Cardina, as associações académicas começaram a exibir certa tendência para “servir mais como canais de aproximação dos seus dirigentes às esferas do poder do que como lugares de questionamento e discussão das políticas educativas e das próprias dinâmicas mais vastas da sociedade”.

Assim, não será por acaso que “o corte radical das associações académicas com os vínculos às organizações partidárias que as tinham colonizado”, segundo Ana Drago, tenha coincidido com o momento mais viril da academia, plasmado na contestação às propinas, nos anos de 1990 – sobejamente evocado ainda hoje, de resto, pelos actuais estudantes. A libertação da tutela partidária acabou por resultar, paradoxalmente, na politização dos manifestantes, porque en-

tão “os estudantes sentem-se representados de facto, e surgem movimentos independentes candidatos à liderança associativa”, resume Drago. Parece, no entanto, ter esmorecido de lá para cá. Porquê?

Porque se vivem dias difíceis que exigem pragmatismo. “Desde há muito que as saídas profissionais são uma das preocupações dos estudantes; com esta remodelação de Bolonha, não houve capacidade para resistir a esse modelo porque ele vinha envolvido num discurso institucional promontendo aproximar as universidades do mundo empresarial, pelo que foi visto como positivo pelos estudantes. Acontece que isso coincidiu com o aumento da precariedade e dificuldade em entrar no mercado de trabalho por parte dos universitários, o que foi dissuasor de grandes manifestações”, diz Elísio Estanque.

O que não significa, no entanto, que não venham a acontecer. Drago, Cardina e Estanque conjecturam que tal possibilidade se materialize em função do endurecimento das condições de vida e do pessimismo que elas geram entre a massa estudantil. “O contexto de hoje é muito propício”, afirma a deputada do Bloco de Esquerda. “Todos os elementos sociais estão reunidos para isso, mas falta a organização da reivindicação política de dimensão nacional. É isso que está a faltar, mas creio que já se notam sinais de que está a começar a acontecer”, declara, eventualmente remetendo-se às últimas manifestações coordenadas, datadas de 2006.

Aos cépticos, que julgam que os universitários contemporâneos são desprovidos de consciência cívica capaz de os mobilizar para manifestações que sejam meios - e não fins em si mesmas, como se fossem queimas das fitas alternativas, de um dia só -, de obter a satisfação das suas reivindicações, Cardina recorda que “os jovens que contestaram as propinas nos anos 1990 também foram catalogados como ‘geração rasca’, e o facto é que protagonizaram um momento importante de contestação social que contribuiu decisivamente para a erosão do cavaquismo”.

Por isso, realça, “nada nos garante que o que aconteceu em França em 2005 ou na Grécia, mais recentemente, não possa também acontecer em Portugal. Não da mesma forma, certamente, mas é preciso não esquecer que, em virtude do processo de Bolonha, os problemas que estudantes, professores e universidades sentem são muito semelhantes em toda a Europa. E há um caldo de insatisfação social que pode funcionar como fermento de novos protestos de natureza juvenil e estudantil”, alerta. Não obstante as probabilidades de ocorrerem sejam escassas, “tal é o grau de apatia dos movimentos estudantis nacionais”, Cardina salienta que “a História está cheia de exemplos de gotas de água que fazem transbordar copos aparentemente estáveis”. Copos esses que, por enquanto e até que se extinga a última faúlha das queimas, andam mais cheios de cerveja e vinho do que tentações reivindicativas.

D O M I N G O

PORTUGAL PÁGS 33 A 35

Onde pára a dinâmica
do movimento
estudantil?